

Brasil: estagnação e crise

Waldir Quadros*

Conseqüências sociais do baixo crescimento econômico
e da queda de renda do trabalho entre 1981 e 2002

* *Com a colaboração do doutorando e estatístico Alexandre Gori Maia e da pesquisadora Adriana Selleri Rocha.*

Apresentação

A Gelre, empresa especializada em Relações Humanas no Trabalho, tem a satisfação de apresentar o primeiro exemplar da Gelre Coletânea - Série Estudos do Trabalho, "Brasil: estagnação e crise", de Waldir Quadros. Este ensaio inédito, que percorre o período de 1981 a 2002, resulta da inovadora parceria entre uma empresa de RH e um pesquisador do CESIT - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, do Instituto de Economia da Unicamp. Com a iniciativa, tem início uma colaboração para o desenvolvimento da rede de relações que envolvem o setor trabalhista no Brasil, por meio do entendimento dos meandros da distribuição de renda.

Na análise rigorosa deste professor, pela primeira vez, de forma tão completa, nos é descortinada uma radiografia das conseqüências sociais do medíocre crescimento econômico e, principalmente, da contínua queda da participação dos rendimentos do trabalho num período de 21 anos. Com dados da Pesquisa Nacional por Análise de Domicílio, do IBGE, Waldir Quadros detalha o encolhimento da classe média, a marginalização entre os operários, a retração da massa agrícola e o mecanismo de corrosão social a que nos leva as altas taxas de desemprego.

Empresa que há 41 anos lida com mercado de trabalho em todas as regiões do País, a Gelre, com essa série de estudos que ora se inicia, tem um objetivo preciso: contribuir na disseminação de bases sólidas de estudo e, conseqüentemente, provocar a discussão entre todos aqueles que articulam o Trabalho no País. Sempre, é claro, no sentido de melhorar as condições econômicas brasileiras, como, por exemplo, as da classe média, que, nos deixa evidente o Estudo, é uma das mais afetadas pela situação, na qual os mais jovens dificilmente conseguem condições para manter seu padrão de origem familiar.

Índice

Prefácio	7
Introdução	9
Breves referências metodológicas	11
O encolhimento da classe média	12
Os desclassificados de classe média	14
A marginalização entre os operários	16
A retração absoluta da massa agrícola	17
Desemprego: o mecanismo de corrosão social	18
Desemprego e escolaridade	19
O panorama regional da deterioração social	22
Considerações finais	32
Biografia do autor	33
Sobre o CESIT	34
Sobre a Organização Gelre	35

Enfrentar desafios

Qual o motivo deste estudo? Mais do que muitas outras empresas, as atividades da Gelre estão diretamente relacionadas a tudo que diz respeito à distribuição da renda no País. É parte de nossa missão ajudar pessoas a se colocarem no mercado de trabalho, naquela profissão na qual mais poderão produzir e, como consequência, obter renda.

Entretanto, a cada dia sentimos que cumprir satisfatoriamente esta meta não é uma tarefa fácil. A razão destas constantes dificuldades fica mais evidente com o interessante e valioso estudo do professor Waldir Quadros, que temos a satisfação de apresentar à sociedade brasileira. Estamos falando de uma análise revestida de alto rigor, científico fruto de um aprofundado e longo trabalho.

Denominado "Brasil: estagnação e crise", o ensaio coloca, de um lado, as taxas medíocres de crescimento econômico e, de outro, a contínua e acentuada queda da participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional nas principais capitais do País. Cobre o período de 1981 a 2002. Agora já sabemos, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que em 2003 o rendimento médio das pessoas que trabalham diminuiu mais 6,2%.

Como pode se perceber, o estudo não mostra dados agradáveis. Mas além das informações reveladas, este ensaio se propõe, principalmente, a apontar interpretações sobre as causas, possíveis desdobramentos e consequências, e, é claro, os desafios que devemos enfrentar para minimizar ou – por que não? - reverter esta situação.

E é justamente neste ponto que começam nossas futuras tarefas, as quais não podemos esquecer de levar adiante: nossos desafios.

O primeiro deles é descobrir o que é causa e efeito. Pessoalmente, creio que a queda da participação dos rendimentos é uma das causas das taxas medíocres de crescimento e não o inverso. Discordo da tese, não presente neste estudo, mas sustentada por muitos, de que é necessário fazer primeiro o bolo crescer para depois melhorar a dis-

tribuição. E não tenho dúvidas de que a melhor maneira é trabalhar para ambos os caminhos estarem lado a lado, ou seja, aconteçam simultaneamente.

Mas, é claro, corremos alguns riscos ao enfrentar determinados obstáculos os quais o professor revela no estudo. O primeiro deles é a incapacidade de definir, de forma objetiva, o problema do qual queremos nos ocupar.

Há vários desafios. Na Gelre, estamos principalmente interessados em dois deles: como aumentar a participação do trabalho no PNB - Produto Nacional Bruto -, e de que forma tornar menos desigual a distribuição da parte da renda destinada ao trabalho.

Neste sentido, este ensaio é o ponto de partida para uma série de estudos que pretendemos desenvolver e que, esperamos, sejam úteis às pessoas responsáveis pelas decisões e pelo direcionamento do trabalho necessário para livrar o Brasil dos "horizontes sombrios e da falta de perspectivas que assolam a juventude brasileira", nas palavras do professor Quadros.

Não tenho dúvida de que isto passará pela reordenação da atividade econômica de toda sociedade: o trabalho.

Distribuição de renda se faz de duas maneiras: pela troca ou pela doação. A primeira e principal é a troca. E entre as formas de desenvolver este ponto, uma delas é a de renda por trabalho. Um mecanismo que deve ser aperfeiçoado para elevar o padrão de vida de todos os brasileiros. A doação, a transferência sem retribuição, apenas complementa.

Cabe aqui agradecer ao professor Waldir Quadros pelo seu excelente estudo e desejar que este ensaio possa enriquecer o entendimento de todos nós. Da nossa parte, firmamos o compromisso de que continuaremos não só buscando entender melhor os desafios, como também trabalhando arduamente no enfrentamento.

Jan Wiegerinck, presidente da Organização Gelre

Introdução

Em nossa visão, os atuais dilemas que afligem a sociedade brasileira são resultado direto do longo período de estagnação econômica e deterioração social que teve início no final da década de 70, com a falência do "milagre econômico", e perdura até hoje.

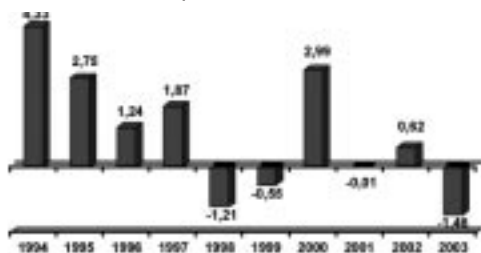
De um lado, taxas mediócras* de crescimento econômico. De outro, a contínua queda da participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional e o crescimento dos ganhos financeiros. Acrescentando-se, ainda, a virtual falência das finanças públicas e a profunda desestruturação do aparato estatal, que impede políticas distributivas mais efetivas, diante de uma situação que só se agrava devido à estagnação.

Neste texto vamos apresentar alguns aspectos mais gerais que consideramos decisivos para caracterizar o impacto desta crise na sociedade brasileira, ressaltando que se trata de uma abordagem eminentemente descritiva. Ou seja, propõe-se basicamente a elencar

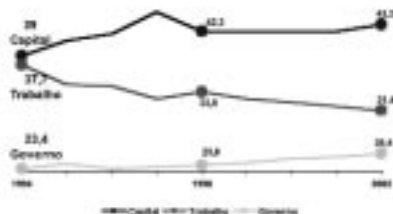
Nota de editor

* Dados do IBGE e do professor Claudio Dedecca, do CESIT, publicados pela Folha de S. Paulo em 27/06/04

PIB PER CAPITA DIMINUI
VARIAÇÃO ANUAL EM %



EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO
FUNCIONAL DA RENDA
EM % DO PIB



uma série de evidências empíricas que propiciem interpretações mais gerais sobre causas, possíveis desdobramentos e conseqüências, desafios a enfrentar etc. Assumindo-se, desde logo, a existência de uma natural diversidade de opiniões a respeito desta complexa problemática.

Breves referências metodológicas

Com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – CPNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, descreveremos em linhas gerais o quadro de corrosão social provocado pela longa estagnação, que combina perversamente: empobrecimento generalizado, rebaixamento social e bloqueios à ascensão.

Para tanto, compara-se o cenário vigente em 1981 com aquele que se observa em 2002, ano da última PNAD disponível. Na montagem deste panorama, a população foi distribuída por cinco faixas de rendimentos familiares, que um tanto livremente podemos tomar como representativas de distintos "padrões de vida".

Antes de mais nada, porém, é oportuno enfatizar o caráter marcadamente indicativo de uma construção baseada nos rendimentos que as pessoas declaram aos entrevistadores do IBGE. A percepção corrente entre os familiarizados com este tipo de pesquisa é de significativa subestimação nos segmentos melhor situados socialmente. Entretanto, se os dados de rendimentos não fornecem uma estimativa segura da massa ou nível absoluto de riqueza, eles podem ser utilizados satisfatoriamente como critério de hierarquização social.

Neste estudo adotou-se os seguintes níveis de rendimentos familiares mensais:

- nível superior, associado a um padrão de alta classe média, com rendimentos mensais acima de R\$ 5.000;
- nível médio, de média classe média, entre R\$ 2.500 e R\$ 5.000;
- nível baixo, de baixa classe média, entre R\$ 1.000 e R\$ 2.500;
- nível inferior, de massa trabalhadora, entre R\$ 500 e R\$ 1.000;
- nível ínfimo, de "marginalizados", abaixo de R\$ 500.

O encolhimento da classe média

A partir destes parâmetros, percebe-se nitidamente uma significativa piora na estrutura social, com retração nas camadas com padrão de classe média, estagnação na de massa trabalhadora e inchaço dos marginalizados, tal como se apresenta no quadro abaixo.

Nível de rendimentos	1981		
	Pessoas (mil)	%	Renda Familiar*
Acima de R\$ 5.000	5.207	4,37	8.475
R\$ 2.500 a R\$ 5.000	10.880	9,13	3.443
R\$ 1.000 a R\$ 2.500	34.581	29,03	1.547
R\$ 500 a R\$ 1.000	31.665	26,58	711
Abaixo de R\$ 500	36.317	30,48	266
Ignorado	487	0,41	-
Total	119.136	100,00	1.349

(*) valores em janeiro/2004, deflator: INPC corrigido – IPEA-CESIT

Examinando-se a coluna de percentual da população em cada um dos anos, nota-se, em primeiro lugar, um encolhimento nas três primeiras camadas representativas do padrão de vida de classe média: de 42,5% em 1981 para 36,0% em 2002, no seu conjunto. Em compensação, no pior nível de rendimentos o crescimento é de 30,5% para 35,9%.

Caso as proporções de 1981 tivessem se mantido em 2002, a população com padrão de classe média, somadas suas três camadas, atin-

giria 73 milhões de pessoas ao contrário dos 61,9 milhões verificados. Ou seja, podemos considerar que 11,1 milhões de pessoas foram rebaixadas ou bloqueadas socialmente pela piora das condições gerais. Para se ter uma idéia mais precisa sobre o significado deste número,

basta notar que este contingente é equivalente ao aumento efetivo de 11,2 milhões de pessoas que ocorreu no período.

Desagregando esta análise em seus três componentes, observa-se que as camadas média e baixa são aquelas de fato impactadas: na baixa classe média, o contingente afetado foi de 8,1 milhões de pessoas, contra 7,2

milhões de aumento efetivo; e de 2,7 milhões na camada média, frente uma expansão de 2,1 milhões. Na alta classe média, a retração relativa foi de 400 mil pessoas, contra um crescimento observado de 1,9 milhão.

2002		
Pessoas (mil)	%	Renda Familiar*
7.109	4,14	8.964
12.999	7,57	3.474
41.754	24,32	1.553
45.948	26,77	726
61.680	35,93	281
2.177	1,27	-
171.667	100,00	1.280

Os desclassificados de classe média

Outra evidência deste processo de rebaixamento social reside na significativa expansão de ocupações típicas de classe média assalariada ou autônoma que se encontram nos níveis de massa trabalhadora ou de marginalizados. Ou seja, que não atingem sequer o padrão de baixa classe média. Trata-se majoritariamente de famílias de comerciantes, funcionários administrativos e auxiliares das áreas sociais.

No segmento de assalariados, 4 milhões de pessoas desta classe média "potencial" encontravam-se no nível de massa trabalhadora em 1981 (3,33% da população total). Em 2002, este contingente cresce para 9,9 milhões, equivalentes a 5,77% da população. Entre os autônomos, a evolução vai de 1,2 milhão em 1981 (1,04%) para 2,1 milhões em 2002 (1,20%).

Mais grave ainda é o que se verifica entre os marginalizados. De fato, em 1981 encontravam-se neste nível mais precário da estrutura social 1,5 milhão de pessoas de famílias com ocupações típicas de classe média assalariada (1,25% da população total). Em 2002, eles avançam para 5,5 milhões (3,22%). Entre os autônomos, por sua vez, a expansão é de 650 mil em 1981 (0,55%) para 1,6 milhão em 2002 (0,91%).

Se somarmos todos estes segmentos apontados, temos um contingente de desclassificados de classe média assalariada ou autônoma da ordem de 5,2 milhões de pessoas em 1981, equivalentes a 25,5% do total destes grupos sócio-ocupacionais (28,7 milhões). Em 2002, eles já atingem a massa de 19,1 milhões de pessoas, envolvendo a espantosa proporção de 39,2% das 48,6 milhões de pessoas que se encontravam em famílias destes mesmos grupos.

Em relação ao terceiro componente da classe média — os micro e pequenos proprietários —, uma avaliação mais conclusiva ainda depende de informações não contempladas pela base de dados que fornece suporte a este ensaio.

A PNAD permite identificar os empregadores com até 10 assalariados apenas a partir de 1992. Comparando-se a participação dos membros destas famílias no total da população, verifica-se, neste período, um

quadro de estabilidade com ligeira retração. De fato, em 1992 eles atingiam 4,73% da população e, em 2002, 4,65%.

Entretanto, observa-se uma melhora na sua composição: em 1992, 11,6% dos membros das famílias da classe média de proprietários atingiam um padrão de vida de alta classe média. Em 2002, eles avançam para 17,9%. No padrão de média classe média, o aumento é menos expressivo, de 21,5% para 24,3%. E, no de baixa classe média, a participação praticamente não se altera, indo de 36,4% para 36,3%.

Em conjunto, os três segmentos com padrão de vida de classe média crescem de 69,5% do total de membros destas famílias em 1992 para 78,5%, em 2002. Caso a proporção de 1992 tivesse se mantido em 2002, a parcela que atinge um padrão de pelo menos baixa classe média somaria 5.550 mil pessoas, contra as 6.270 mil que se observam efetivamente. Ou seja, a melhor composição beneficiou um contingente de 720 mil pessoas.

Entretanto, como já foi dito anteriormente, uma avaliação mais conclusiva a respeito da evolução deste influente segmento social requer análises adicionais. Com os elementos que dispomos neste momento, apenas podemos identificar que a classe média proprietária manteve seu peso na população no período examinado, e apresentou melhoras em sua composição interna.

Contudo, ainda não incorporamos os diagnósticos relativos à movimentação interna a esta camada social, ou seja, o fluxo de natalidade e mortalidade que a caracteriza. Em outras palavras, quem e quantos caíram, entraram ou permaneceram, suas condições de trabalho, etc. Apenas sabemos pelos dados da PNAD que no segmento com padrão de alta classe média, a renda familiar declarada caiu de R\$ 9.658 em 1992 para R\$ 9.587 em 2002. No padrão de média classe média subiu de R\$ 3.507 para R\$ 3.604 e, no de baixa classe média, de R\$ 1.671 para R\$ 1.708. E isto após 10 anos e tomando-se como base de comparação um ano de péssimas condições no mercado de trabalho e oportunidades, com forte recessão e queda nos rendimentos.

A marginalização entre os operários

Entre as famílias de trabalhadores urbanos com perfil de operários e assemelhados, o quadro de deterioração social também é bastante preocupante, observando-se sua expansão no segmento de rendimentos ínfimos. Ou seja, daqueles que não atingem o padrão de vida de massa trabalhadora.

Trata-se de um amplo e heterogêneo conjunto de famílias de trabalhadores de manutenção e conservação de edifícios; ajudantes de obras; cozinheiros, garçons e outros profissionais do segmento de serviços; trabalhadores de carga e descarga; operadores de máquinas de costura; guardas e vigias; vendedores ambulantes; mecânicos de manutenção etc.

As famílias do segmento de assalariados destes trabalhadores que se encontravam no nível ínfimo totalizavam 8 milhões de pessoas, em 1981, o equivalente a 6,7% da população total. Em 2002, eles avançam para 13,5 milhões (7,84%). Entre os autônomos, o crescimento é de 2,3 milhões (1,89%) para 5,6 milhões (3,25%).

Somando-se os assalariados e os autônomos, em 1981 encontravam-se marginalizados 23,9% do total destes grupos sócio-ocupacionais (42,9 milhões). Em 2002, eles sobem para 34,7% de um total de 54,9 milhões.

A retração absoluta da massa agrícola

Ainda que a PNAD não seja a melhor fonte para se analisar a ocupação agrícola, a evolução que revela é bastante coerente com a percepção dos estudiosos e especialistas deste problema. E o que se observa é uma significativa retração absoluta do número de pessoas em famílias da pequena agricultura familiar e trabalhadores agrícolas: em 1981 somavam 28,4 milhões e em 2002 caíram para 22,7 milhões.

Ao lado desta queda absoluta, reforça-se a já escandalosa concentração na camada mais baixa da estrutura social: em 1981, 54,5% encontravam-se entre os marginalizados e, em 2002, este contingente eleva-se para 61%.

Desemprego: o mecanismo de corrosão social

Se a estagnação econômica é a causa maior da deterioração social, o desemprego é seu principal mecanismo. De fato, observa-se tanto o generalizado avanço das taxas de desocupação da PEA – População Economicamente Ativa – como uma nítida hierarquia social deste fenômeno, que vai se tornando cada vez mais grave na medida em que decai o nível de rendimentos familiares. Na verdade, são as taxas mais elevadas de desocupação que em grande medida explicam a inclusão das famílias nas camadas sociais mais baixas. O quadro social do desemprego é apresentado a seguir.

Níveis de rendimentos	1981		2002	
	Desocupados (mil)	% da PEA	Desocupados (mil)	% da PEA
Acima de R\$ 5.000	86	3,49	202	4,85
R\$ 2.500 a R\$ 5.000	255	4,74	457	5,88
R\$ 1.000 a R\$ 2.500	849	5,49	1.888	7,82
R\$ 500 a R\$ 1.000	685	5,50	2.352	9,75
Abaixo de R\$ 500	943	7,59	4.679	17,73
Ignorado	8	3,37	74	6,04
Total	2.286	5,84	9.653	10,99

Desemprego e escolaridade

Quando analisamos o comportamento do desemprego a partir da escolaridade das pessoas afetadas, nota-se que ele aumenta mais rapidamente nos segmentos mais escolarizados.

No quadro a seguir, as pessoas desocupadas de cada nível de rendimentos são divididas em três graus de escolaridade: os que possuem até o 1º. grau completo ou incompleto; os que possuem o 2º. grau completo ou incompleto; e os que atingiram o 3º. completo ou incompleto.

Examinando-se os dados relativos ao total de pessoas desocupadas em 1981 e 2002, verifica-se que cai a participação daqueles que possuíam até o 1º. grau, avançando a proporção dos que se encontram nos dois graus superiores, particularmente no que se refere ao 2º. grau.

Este comportamento se reproduz em todos os níveis de rendimentos, com exceção do nível superior, em que a retração também se manifesta no 2º. grau.

PROPORÇÃO DE DESOCUPADOS

Níveis de rendimentos	Graus de escolaridade	1981 (%do nível)	2002 (% do nível)
Acima de R\$ 5.000	1º Grau	22,33	6,76
	2º Grau	36,01	21,18
	3º Grau	41,66	72,06
	Sub-total	100,00	100,00
R\$ 2.500 a R\$ 5.000	1º Grau	46,54	14,66
	2º Grau	35,261	47,84
	3º Grau	18,21	37,50
	Sub-total	100,00	100,00

POR GRAU DE ESCOLARIDADE

Níveis de rendimentos	Gráus de escolaridade	1981 (%do nível)	2002 (% do nível)
R\$ 1.000 a R\$ 2.500	1º Grau	70,10	31,73
	2º Grau	23,98	53,74
	3º Grau	5,92	14,53
	Sub-total	100,00	100,00
R\$ 500 a R\$ 1.000	1º Grau	84,09	53,00
	2º Grau	13,91	42,08
	3º Grau	2,00	4,92
	Sub-total	100,00	100,00
Abaixo de R\$ 500	1º Grau	89,90	68,00
	2º Grau	8,62	29,76
	3º Grau	1,48	2,23
	Sub-total	100,00	100,00
Total	1º Grau	76,52	53,18
	2º Grau	17,79	38,24
	3º Grau	5,69	8,58
	Total	100,00	100,00

Esta performance da desocupação repercute diretamente na evolução dos rendimentos dos ocupados. De fato, como se observa no quadro apresentado em seguida, a retração dos rendimentos é maior entre as pessoas com 2º grau. Em seguida, vêm aqueles que atingiram o 3º grau e, por fim, as pessoas com até o 1º grau.

EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS POR GRAU DE ESCOLARIDADE

Graus d e escolaridade	1981		2002		Redução da Renda
	% ocupados	Renda real*	% ocupados	Renda real*	
1º grau	83,48	516,61	65,14	421,18	- 18,5%
2º grau	10,44	1.206,87	23,60	771,17	- 36,1%
3º grau	6,08	2.921,43	11,26	2.203,24	- 24,6%
Total	100,00	734,46	100,00	700,42	- 4,6%

** valores em janeiro/2004, deflator: INPC corrigido – IPEA/CESIT*

O panorama regional da deterioração social

As faixas de renda que estamos utilizando neste ensaio para segmentar a população foram adotadas em função do perfil de distribuição nacional. Assim, os recortes regionais demandarão no futuro um exame mais apurado das particularidades e, se for o caso, a adoção de ajustes locais naquelas faixas.

De qualquer forma, a segmentação com base nas linhas de corte nacionais oferece um panorama inicial e indicativo da deterioração social em níveis regionais.

Para fazermos esta comparação entre os distintos perfis regionais, tomamos como referência o quadro nacional, focando na proporção de pessoas que se encontram na camada pior situada. Objetivando facilitar a análise, os cinco níveis de rendimentos foram agregados em três camadas: "diferenciados", incluindo os níveis superior e médio; "remediados e pobres", somando os níveis baixo e inferior; e mantendo individualizado o nível ínfimo, aqui denominado de "miseráveis".



BRASIL - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	13,50	11,71
Remediados e pobres	55,61	51,09
Miseráveis	30,48	35,93
Ignorados	0,41	1,27
Total	100,00	100,00

REGIÃO NORTE



Na região Norte, consideramos apenas as duas localidades com maior cobertura da PNAD, a saber, Amazonas e Pará. Como se observa nos quadros apresentados a seguir, em 1981, em ambas as localidades a proporção de miseráveis era inferior à média nacional. Contudo, em 2002 esta proporção se eleva, ultrapassando aquele parâmetro de comparação.

AMAZONAS - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	17,27	8,10
Remediados e pobres	68,68	48,45
Miseráveis	13,94	43,37
Ignorados	0,11	0,08
Total	100,00	100,00

PARÁ - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1.981	2.002
Diferenciados	11,12	7,85
Remediados e pobres	63,34	47,57
Miseráveis	25,25	43,46
Ignorados	0,29	1,14
Total	100,00	100,00



REGIÃO NORDESTE

Na região Nordeste, observa-se um quadro geral em que a distribuição de miseráveis supera a média nacional tanto em 1981 como em 2002. Entretanto, em cinco Estados ocorre uma redução nesta proporção durante o referido período. É o que se passa no Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

MARANHÃO - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	2,90	3,25
Remediados e pobres	31,86	36,95
Miseráveis	64,58	59,80
Ignorados	0,65	-
Total	100,00	100,00

PIAUI - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	2,07	4,67
Remediados e pobres	27,60	33,84
Miseráveis	70,04	61,00
Ignorados	0,29	0,49
Total	100,00	100,00

CEARÁ - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	4,83	5,15
Remediados e pobres	35,83	37,62
Miseráveis	59,20	55,76
Ignorados	0,15	1,47
Total	100,00	100,00

RIO GRANDE DO NORTE - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	4,83	6,59
Remediados e pobres	40,60	40,48
Miseráveis	54,22	52,88
Ignorados	0,35	0,05
Total	100,00	100,00

PARAÍBA - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	4,28	5,67
Remediados e pobres	35,16	39,33
Miseráveis	60,38	54,50
Ignorados	0,18	0,50
Total	100,00	100,00

Já em Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, o percentual de miseráveis eleva-se, como se observa a seguir.

PERNAMBUCO - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	6,90	5,85
Remediados e pobres	50,72	35,13
Miseráveis	41,74	56,07
Ignorados	0,64	2,94
Total	100,00	100,00

ALAGOAS - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	4,56	3,79
Remediados e pobres	51,80	30,39
Miseráveis	43,46	65,76
Ignorados	0,18	0,06
Total	100,00	100,00

SERGIPE - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	5,18	6,67
Remediados e pobres	49,54	41,67
Miseráveis	45,28	51,00
Ignorados	-	0,66
Total	100,00	100,00

BAHIA - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	7,18	4,69
Remediados e pobres	51,15	37,21
Miseráveis	41,55	57,04
Ignorados	0,13	1,05
Total	100,00	100,00



REGIÃO SUDESTE

Na região Sudeste, Minas Gerais revela a pior performance: a quantidade de miseráveis é superior à média nacional tanto em 1981 como em 2002, com elevação durante o período.

MINAS GERAIS - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	11,47	10,09
Remediados e pobres	53,91	52,48
Miseráveis	34,41	36,58
Ignorados	0,21	0,86
Total	100,00	100,00

No Espírito Santo, em 1981 a proporção de miseráveis é praticamente igual à média nacional. Em 2002, é inferior, ainda que tenha ocorrido uma elevação ao longo do período.

ESPÍRITO SANTO - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	13,87	13,16
Remediados e pobres	55,14	51,63
Miseráveis	30,88	34,57
Ignorados	0,11	0,65
Total	100,00	100,00

Comportamento parecido observa-se no Rio de Janeiro e São Paulo, onde a porcentagem de miseráveis é inferior à média nacional tanto em 1981 como em 2002, manifestando-se uma elevação ao longo do período.

RIO DE JANEIRO - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	19,36	15,56
Remediados e pobres	62,90	59,34
Miseráveis	17,26	23,02
Ignorados	0,47	2,08
Total	100,00	100,00

SÃO PAULO - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	23,61	18,41
Remediados e pobres	63,35	59,57
Miseráveis	12,36	20,10
Ignorados	0,68	1,92
Total	100,00	100,00

REGIÃO SUL



Na região Sul, o comportamento mais favorável é o de Santa Catarina, onde o número de miseráveis é inferior à média nacional, tanto em 1981 como em 2002, e esta proporção reduz-se ao longo do período.

SANTA CATARINA -% DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	13,03	14,42
Remediados e pobres	67,18	66,23
Miseráveis	19,60	18,70
Ignorados	0,18	0,65
Total	100,00	100,00

Já no Rio Grande do Sul e no Paraná, ainda que as proporções locais também sejam inferiores à média nacional tanto em 1981 como em 2002, observa-se uma elevação ao longo do período.

RIO GRANDE DO SUL - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	14,22	13,48
Remediados e pobres	60,98	58,53
Miseráveis	24,16	27,24
Ignorados	0,64	0,74
Total	100,00	100,00

PARANÁ - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	11,55	12,81
Remediados e pobres	61,26	58,33
Miseráveis	26,72	27,72
Ignorados	0,48	1,15
Total	100,00	100,00

CENTRO-OESTE



Na região Centro-Oeste, a evolução mais favorável é a de Goiás, onde a média de miseráveis em 1981 era superior à média nacional, e em 2002 caiu para um nível um pouco inferior.

GOIÁS - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	9,99	10,57
Remediados e pobres	53,75	53,88
Miseráveis	36,10	34,61
Ignorados	0,15	0,94
Total	100,00	100,00

Já nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, a proporção de miseráveis é inferior à média nacional tanto em 1981 como em 2002, com elevação ao longo do período.

MATO GROSSO DO SUL - % DE PESSOAS POR CAMADAS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	12,40	12,47
Remediados e pobres	61,00	53,76
Miseráveis	26,38	33,41
Ignorados	0,22	0,36
Total	100,00	100,00

MATO GROSSO - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	9,05	12,72
Remediados e pobres	68,06	54,54
Miseráveis	22,78	31,57
Ignorados	0,11	1,17
Total	100,00	100,00

DISTRITO FEDERAL

No Distrito Federal, observa-se uma elevação da proporção de miseráveis entre 1981 e 2002, ainda que o nível local seja inferior à média nacional em ambos os anos.

DISTRITO FEDERAL - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	27,39	27,97
Remediados e pobres	55,84	46,12
Miseráveis	16,40	24,62
Ignorados	0,36	1,29
Total	100,00	100,00

Se este é o panorama que se verifica nos Estados, cabe destacar que a situação é mais crítica no âmbito metropolitano. De fato, se tomarmos como exemplo ilustrativo o que se passa em São Paulo, notamos que embora a piora na proporção de miseráveis seja comum, a evolução deste parâmetro é mais desfavorável na Grande São Paulo, em comparação com o "interior" do Estado (demais localidades).

GRANDE SÃO PAULO - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	28,39	21,00
Remediados e pobres	62,54	56,47
Miseráveis	8,59	19,66
Ignorados	0,49	2,87
Total	100,00	100,00

INTERIOR DO ESTADO - % DE PESSOAS POR CAMADAS SOCIAIS

Camadas sociais	1981	2002
Diferenciados	18,66	16,01
Remediados e pobres	64,20	62,45
Miseráveis	16,26	20,50
Ignorados	0,88	1,03
Total	100,00	100,00

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos apresentar as condições gerais que interferem nas trajetórias individuais e sociais neste longo período de persistente estagnação econômica (1981-2002).

O cenário que resulta desta abordagem é claramente desfavorável à ascensão social, com sensível estreitamento dos espaços das duas camadas mais diferenciadas da população, ou seja, das famílias que atingem um padrão de vida de alta e média classe média.

Por outro lado, além do encolhimento das oportunidades, deve-se acrescentar a significativa elevação dos gastos que compõem este padrão mais diferenciado. Basta mencionar as despesas com escolas privadas, planos de saúde, locomoção, segurança, dentistas, psicólogos, oculistas, cuidados estéticos, vestuário, restaurantes, férias e viagens, celular, internet etc. Combinando-se restrições ocupacionais, perda de renda e elevação do custo de vida, percebe-se que o padrão de vida de classe média diferenciada vai se tornando inacessível à crescente parcela de famílias que se encontram neste nível social. Ocorre que é justamente tal padrão de vida que, em grande medida, confere competitividade social a seus membros. Desta forma, este quadro aponta nitidamente uma grave crise de reprodução social na classe média, em que os mais jovens encontram dificuldades crescentes, e mesmo, para muitos, intransponíveis, para manter o padrão de vida de suas famílias de origem. Por sua vez, milhões de jovens defrontam-se com as vergonhosas condições de vida que imperam entre os pobres e miseráveis.

Não temos dúvida em identificar nesta crise juvenil o aspecto mais grave desta situação. Ou seja, nos horizontes sombrios e na falta de perspectivas que assolam a juventude brasileira. E que, em suas manifestações mais primitivas e brutais, resulta nos níveis absurdos de violência e mortalidade juvenis.

Para completar, além do componente etário, devemos considerar ainda as diferenciações por raça e gênero que conformam uma clara hierarquia social que vai dos homens brancos (não negros) no topo e desce para mulheres brancas, homens negros (e pardos) e mulheres negras.

Biografia do autor

WALDIR QUADROS

Professor associado do IE/UNICAMP (colaborador – aposentado) e pesquisador do CESIT-Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho

Trabalhos acadêmicos:

- "Aspectos da Crise Social no Brasil dos Anos Oitenta e Noventa". Tese de Livre Docência, Campinas: UNICAMP, 2.003, mimeo.
- "O 'Milagre Brasileiro' e a Expansão da Nova Classe Média Brasileira". Tese de Doutorado, Campinas: UNICAMP, 1.991, mimeo.
- "A Nova Classe Média Brasileira: 1950-1980". Dissertação de Mestrado, Campinas: UNICAMP, 1985, mimeo.

Publicações recentes:

- "Gênero e raça na desigualdade social brasileira recente". In: Revista Estudos Avançados, no. 50. São Paulo, USP, jan/abr. 2004.
- "A Evolução Recente das Classes Sociais no Brasil". In: Trabalho, Mercado e Sociedade: O Brasil nos Anos 90". Org. Marcelo Proni e Wilnês Henrique. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.
- "Classes Sociais e Desemprego no Brasil". In: Revista Economia e Sociedade no. 20. Campinas: UNICAMP, jan/jun de 2003.
- "Um Retrato do Desemprego Juvenil no Brasil". Revista Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, Brasília, ano 8, n. 21, fev. 2003.
- "O Desemprego Juvenil no Brasil dos Anos Noventa". Cadernos do CESIT no. 31, Campinas, IE/UNICAMP, dez. 2001. (disponível em <http://www.eco.unicamp.br/indexnp.html>).

Sobre o CESIT

O CESIT – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – foi criado em 1989, no Instituto de Economia da UNICAMP, com o propósito de desenvolver atividades de pesquisa, docência e extensão relacionadas com a economia e o mundo do trabalho, assim como promover e intensificar os vínculos da universidade com o meio sindical, as entidades de apoio à pesquisa e os profissionais que atuam no campo das relações de trabalho.

Desde sua fundação, o CESIT tem dado prioridade a questões relacionadas ao mercado do trabalho, relações trabalhistas, inovação tecnológica e políticas sociais. Visando a uma maior abrangência em suas atividades de pesquisa, docência e extensão, o CESIT, desde o início, definiu três características próprias. Primeiramente, reuniu um corpo interdisciplinar de pesquisadores nas áreas de história, sociologia, educação, direito, tecnologia e, especialmente, economia do trabalho. Em segundo lugar, desenvolveu um trabalho de caráter participativo, aliando o valor da experiência dos vários agentes envolvidos na prática das relações de trabalho ao rigor da pesquisa acadêmica. Finalmente, procurou assegurar uma maior definição das demandas sindicais por meio da participação do DIEESE em seu Conselho de Orientação.

Assim, os objetivos centrais do CESIT, desde a sua criação, têm sido acompanhar a evolução dos temas e tendências relacionados ao mundo do trabalho; promover a realização de cursos e seminários, participar de congressos; manter contato com instituições nacionais e estrangeiras para a troca de experiências e o desenvolvimento de atividades de pesquisa em variados âmbitos de atuação; divulgar por meio de publicações impressas e eletrônicas os estudos e realizações do CESIT.

Sobre a Organização Gelre

41 anos de excelência no recrutamento, seleção e administração de profissionais em todo Brasil

Pioneira em trabalho temporário no Brasil, a Gelre é uma empresa focada nas Relações Humanas no Trabalho, atuando há quatro décadas no País. Atualmente, também abrange as áreas de trabalho efetivo e estágios. São mais de dois milhões de currículos em banco de dados, 4.500 clientes e quase 40 mil trabalhadores administrados por mês. Suas principais áreas de atuação são: varejo, construção civil, industrial, administrativo, contábil, agrícola, inclusão social, informática, treinamento, seleção de executivos e promoção e eventos.

Para atender a esta demanda de vagas e candidatos, a Organização possui 88 unidades no Brasil e 8 na Argentina, onde oferece assessoria para empresas que desejam operar no Mercosul.

Os profissionais que buscam colocação ou recolocação no mercado de trabalho, por sua vez, contam com a facilidade de se candidatar às vagas de todas as regiões do País sem nenhum custo, pois os encargos ficam reservados às empresas e aos parceiros que utilizam os serviços da organização.

Para otimizar ainda mais a relação entre empregado e empregador, o portal Gelre.com.br oferece as mais avançadas soluções on line de recursos humanos. Os clientes podem divulgar suas vagas, reduzindo custos e ganhando agilidade no processo de seleção e recrutamento.

Ultrapassando obstáculos

Segundo o IBGE, 14,7% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência. Sensível a esses dados, a Gelre criou a Divisão de

Responsabilidade Social, que busca incluir o profissional com deficiência, bem como o de terceira idade, na sociedade por meio de seu trabalho.

Até hoje, quatro anos após sua inauguração, esta Divisão encaminhou mais de 1.500 profissionais com deficiência para o mercado de trabalho, nas mais diversas atividades. Além disso, conta com um banco de dados com mais de mais de 9.640 currículos cadastrados pelo Brasil.

Primeira oportunidade

Atuando como agente de integração entre empresa, estudante e instituição de ensino, a Central de Estágios Gelre busca proporcionar aos alunos de ensino médio, profissionalizante, universitário e de educação especial a oportunidade de uma colocação no mercado de trabalho por meio da prática do estágio. A divisão oferece entre seus serviços amplo cadastro regionalizado de estudantes, relatório de acompanhamento e controle de frequência.

**Gelre Coletânea - Série Estudos do Trabalho
é uma publicação da Organização Gelre.**

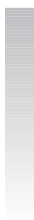
Conselho editorial: Jan Wiegerinck, Paulo Belleza e Cláudia Cerresi Nogueira. **Colaboração:** Maria do Carmo Ariboni

Concepção, realização e coordenação: Andreoli/MS&L.

Jornalista responsável: Judith Meirelles MTb 18.808.

Produção gráfica: More-AI. **Projeto de Capa:** GPP.

Contato: Div. de Comunicação e Imprensa - Organização Gelre -
Rua 24 de Maio, 35 - 7º andar - Centro - 01041-001 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3351-3733 - marketing@gelre.com.br



Gelre Coletânea
Coleção de fascículos
publicados pela
Organização Gelre.

Agosto/2004



Organização Gelre
Gerando Valor

Gelre Coletânea



Série Estudos do Trabalho

Brasil: estagnação e crise

1